

## Partidos políticos brasileiros e desemprego\*

Leonardo Secchi

*Universidade Comunitária Regional de Chapecó*

### Resumo

Este artigo<sup>1</sup> tem como objetivo apresentar as conclusões de um estudo teórico-empírico sobre alternativas de combate ao desemprego e as diferentes perspectivas dos partidos políticos brasileiros sobre a questão. A pesquisa considerou os cinco maiores partidos políticos brasileiros e comparou seus posicionamentos quanto ao entendimento das causas do desemprego brasileiro, das políticas públicas de emprego, dos programas e ações concretos de combate ao

### Abstract

This article intends to present the conclusions of a theoretical-empirical study about alternatives for fighting unemployment and the different perspectives of Brazilian political parties on this issue. The study has considered the five main political parties in Brazil and has compared their statements about the causes of unemployment, about public policies, programs and actions for fighting unemployment and about the role and the model assumed by

\* Political parties and unemployment in Brazil

<sup>1</sup> Artigo baseado na dissertação "Alternativas de combate ao desemprego brasileiro: perspectivas partidárias comparadas", defendida para obtenção de título de mestre no Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC). Agradeço à professora Dra. Valeska Nahas Guimarães e à Capes pelo apoio financeiro.

desemprego e do modelo e papel do Estado. A coleta de dados foi baseada na análise dos programas, estatutos partidários, sites governamentais e dos partidos, entrevistas semi-estruturadas a membros dos partidos políticos selecionados e questionários estruturados enviados a deputados federais destes partidos. Os resultados do estudo levam a conclusão de que existem mais semelhanças do que diferenças na maneira em que os partidos percebem o problema do desemprego brasileiro.

**Palavras-chave:** Partidos políticos; desemprego; políticas públicas.

the government. The data collecting process was based on an analysis of the political parties programs, statutes, websites of the government and political parties, semistructured interviews with selected political parties members and structured questionnaires sent to federal deputies of the same parties. The main conclusion of the research was that there are more similarities than differences among the political parties' understanding about the problem of unemployment in Brazil.

**Keywords:** Political parties in Brazil; unemployment; public policies.

### Introdução

O problema do desemprego acompanha historicamente o desenvolvimento capitalista em todas as partes do mundo. No Brasil, o desemprego tem merecido atenção especial de economistas, sociólogos, políticos e governantes visto que este é um dos maiores problemas sociais atuais e co-responsável por tantos outros problemas como a criminalidade, déficits de produtividade nacional e a diminuição de qualidade de vida da população como um todo.

A partir da década de 80 o desemprego brasileiro agravou-se quando a recessão desencadeada pela crise do petróleo mostrou suas graves conseqüências, quando o setor produtivo deixou de absorver o excedente de mão-de-obra proveniente do êxodo rural e quando os processos de reestruturação produtiva e abertura econômica, mais intensos na década de 90, exigiram das empresas esforços em redução de custos, flexibilização produtiva, achatamento das estruturas hierárquicas, com conseqüências diretas sobre o nível de emprego (Ianni, 1994, Mattoso, 1994).

Atualmente, as taxas de desemprego no Brasil calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) rondam os 7% (a média mensal de maio a outubro de 2002 foi de 7,44%), bastante superiores às taxas de desemprego consideradas normais ou fisiológicas<sup>2</sup>. O desemprego também é a doença social com impactos mais profundos na vida dos brasileiros. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em julho de 2002 mostra que o desemprego é o principal problema brasileiro segundo a opinião de 67% dos cidadãos entrevistados, muito à frente de problemas como a corrupção, a violência e as drogas (Alves, 2002).

Com este estado alarmante, a temática desemprego reveste-se de importância e atualidade ensejando debates nos vários segmentos da sociedade no sentido de tentar encontrar soluções para sua diminuição ou mesmo para encontrar alternativas para a abreviação de seus efeitos negativos.

Os partidos políticos têm um papel fundamental na apresentação, legislação, decisão e implementação de alternativas de combate ao desemprego. Os partidos políticos recebem propostas, representam interesses das diversas camadas sociais e têm a possibilidade de instituir, via ação legislativa, e colocar em marcha, via ação executiva, uma ampla variedade de projetos de geração de emprego e alternativas de diminuição do desemprego.

De acordo com os ensinamentos de Bobbio (1995), as opções, decisões e a defesa de interesses feitas pelos partidos políticos são altamente influenciadas pela suas matrizes ideológicas. Desta maneira, o entendimento sobre questões como o desemprego, suas causas, estratégias para combatê-lo e estrutura estatal para colocar programas sociais em prática seriam elementos dependentes da orientação político-ideológica dos partidos políticos. Por outro lado, já existem respeitáveis estudos (Inglehart, 1991, Benedicto e Reinares, 1992) que apontam para uma tendência de turvamento nas distinções ideológicas entre as agremiações partidárias, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental.

<sup>2</sup> Faz-se referência neste trabalho à taxa de desemprego aberto, e existe consenso entre os economistas de que taxas de desemprego variando entre 3 e 4% são consideradas normais ou fisiológicas, ou seja, aquelas provocadas por desajustes entre a oferta e a demanda de emprego (Sandroni, 1994).

Resta saber se o caso brasileiro sente tais tendências ou se os partidos políticos de direita, centro e esquerda ainda se distinguem significativamente na maneira de entender problemas sociais cruciais, como o desemprego e as maneiras de combatê-lo.

Para tentar ampliar o conhecimento sobre estas questões foi realizado um estudo teórico-empírico entre outubro de 2001 e março de 2002 que teve como um de seus objetivos levantar e analisar as diferentes políticas públicas, ou seja, “princípios, prioridades e diretrizes” (Moraes, 1999, p.118), programas e ações de redução do desemprego brasileiro propostas e implementadas pelos partidos políticos. Desta maneira, buscou-se identificar possíveis semelhanças e diferenças sobre as perspectivas dos partidos políticos nos seguintes temas:

- Causas do desemprego brasileiro;
- Políticas públicas de emprego mais indicadas para a realidade brasileira;
- Programas e ações sociais concretos implementados pelos partidos políticos em suas administrações municipais, estaduais e federal;
- Papel e modelo de Estado preconizado pelas siglas partidárias.

### Metodologia

Esta pesquisa caracterizou-se por ser predominantemente de caráter qualitativo, exploratório-descritivo e utilizou a perspectiva crítica de encaminhamento epistemológico e a abordagem dialética de análise dos discursos (Lakatos e Marconi, 1992, Triviños, 1987). Para tanto, foram confrontadas informações e posicionamentos das mais variadas fontes, disciplinas do conhecimento científico diversas e inclusive posturas ideológicas contrárias, no intuito de conseguir uma melhor compreensão das realidades investigadas.

Pela impossibilidade de estudar todos os partidos políticos brasileiros, julgou-se conveniente limitar os estudos a apenas os cinco maiores. Como critério de seleção dos partidos, optou-se por selecionar aqueles com maior bancada apenas na Câmara Federal, pois a composição da Câmara Federal representa proporcionalmente toda a população brasileira. A escolha dos cinco maiores partidos permitiu garantir uma significativa representatividade (75,24%) da totalidade de deputados federais. Dos 513 deputados federais, 386 foram membros dos cinco maiores partidos políticos na legislatura 1999-2002 (Câmara dos Deputados, 2001). Os partidos selecionados estão na tabela a seguir:

**Tabela 1**  
**Partidos políticos selecionados**

<b>Sigla</b>	<b>Bancada</b>	<b>Nome do Partido</b>
PFL	97	Partido da Frente Liberal
PSDB	93	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	89	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	59	Partido dos Trabalhadores
PPB	48	Partido Progressista Brasileiro

Fonte: Câmara dos Deputados (2001).

A principal fonte para a coleta de dados foram os programas, estatutos partidários, sites e publicações diversas dos partidos políticos, além de informações obtidas a partir de consultas a sites de governos municipais, estaduais e federal.

Ainda foi utilizada a técnica de entrevista aplicada com políticos em exercício de cargo público, membros de diretoria de partidos políticos de expressão nacional e membros dos partidos políticos em função relacionada com políticas de combate ao desemprego. As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas a 10 membros dos partidos políticos, sendo dois membros de cada um dos cinco partidos selecionados. Entre os entrevistados estão governador e ex-governador de Estado, senador da República, deputados estaduais e diretores estaduais do Sistema Nacional do Emprego (SINE).

Como técnica de suporte à coleta de dados foram aplicados questionários estruturados via e-mail, enviados para deputados federais dos partidos selecionados. Os questionários via e-mail foram enviados para 307 dos 386 deputados federais (79,53%) dos cinco maiores partidos da legislatura 1999-2002. Não foi possível enviar para todos os deputados federais devido à indisponibilidade de e-mail de alguns deputados e recebimento bloqueado de outros. Infelizmente, apenas quatro questionários foram respondidos, curiosamente, todos deputados federais pelo Partido dos Trabalhadores.

A análise dos dados fez uso da análise qualitativa de conteúdo de acordo com Michelat (in Thiollent, 1987) e da técnica de triangulação de dados (Triviños, 1987), interrelacionando dados provenientes do sujeito (entrevistas, questionários), das suas organizações (partidos políticos) e do macroambiente que os envolve (relatórios de pesquisa, publicações governamentais, etc).

### **Limitações do trabalho**

Este artigo limita-se a apresentar os dados empíricos pesquisados e a realizar uma síntese das conclusões da pesquisa. A revisão bibliográfica que trata da conceituação de termos básicos como trabalho e emprego, histórico do desemprego no Brasil, impactos da reestruturação produtiva e as principais políticas públicas de emprego presentes atualmente em teoria podem ser encontrados na dissertação de mestrado que deu origem a este artigo (Secchi, 2002).

Os cinco maiores partidos políticos brasileiros da legislatura 1999-2002 foram categorizados na escala direita-centro-esquerda da seguinte maneira: o PPB e o PFL como partidos de direita, o PSDB e o PMDB como partidos de centro e o PT como de esquerda. Estudos realizados por Kinzo (in Lamounier, 1990) dão sustentação a esta classificação, uma vez que tal pesquisadora identificou altos índices de “governismo e conservadorismo” para os partidos PFL e PPB (antigo PDS), altos índices de “democratismo e nacionalismo” no PSDB e PMDB e altos índices de “nacionalismo e oposição ao sistema financeiro” para o PT.

Poderia-se discutir a fidedignidade dessa classificação com a realidade atual dos partidos, principalmente porque cada vez mais estão se incorporando no senso comum as classificações intermediárias como centro-direita, centro-esquerda, extremo-direita, extremo-esquerda. Há analistas políticos da mídia que classificam o PSDB de hoje como um partido de centro-direita. O PFL em algumas de suas campanhas publicitárias se auto-intitula partido de centro. O PT, sempre tido como partido de esquerda, já é chamado nas mídias televisivas e impressas como partido de centro-esquerda, e até como partido de centro.

A classificação adotada acima possui mais fins metodológicos do que conceituais, até porque se questiona a manutenção de uma constância das matrizes ideológicas entre os partidos políticos nos dias atuais (Inglehart, 1991, Benedicto e Reinares, 1992).

Neste estudo buscou-se ampliar o entendimento das diferenças de racionalidade, de enfoques que existem entre os partidos políticos com relação às ações concretas de combate ao desemprego. Portanto, não foram despendidas maiores atenções sobre a efetividade (alcance social) dos resultados obtidos pelos programas implementados,

até porque as avaliações quantitativas e qualitativas que se fazem sobre a efetividade são muitas vezes parciais, com intuito de promover ou denegrir a atuação das administrações públicas e dos partidos.

Ademais, não foi objetivo desta pesquisa analisar o impacto social de políticas públicas, programas e ações de combate ao desemprego adotadas em todo o Brasil, mas sim verificar as diferentes perspectivas dos partidos e discursos de seus líderes quanto ao tema. Com essa análise, pretende-se descobrir em que pontos as políticas dos diferentes partidos convergem entre si e em que se diferenciam.

### **As causas do desemprego na visão dos partidos políticos**

De acordo com os depoimentos de seus membros, seus programas de governo e outras publicações diversas dos partidos políticos, o entendimento da problemática do desemprego brasileiro possui mais semelhanças do que distinções.

Uma das semelhanças de conceitos entre todos os partidos políticos investigados refere-se à consideração do desemprego como problema global, que não é possível fazer uma análise do desemprego brasileiro e suas causas, sem abordar o contexto internacional. A busca de competitividade, eficiência e qualidade fazem as empresas buscarem melhores resultados produtivos com custos decrescentes, e isso implica em demissões.

Os partidos políticos de direita, centro ou esquerda, explicitamente reconhecem que o desemprego é um problema estrutural do sistema capitalista, mas que se agrava por crises cíclicas ou conjunturais. Apenas um membro do PSDB (líder de bancada estadual) em sua entrevista, se contrapôs a esta constatação, afirmando que o desemprego é predominantemente conjuntural e que o crescimento econômico é suficiente para resolvê-lo. Todos os partidos políticos atribuem relevância capital aos déficits de crescimento econômico como motivo que aprofunda o problema do desemprego brasileiro.

Também existe unanimidade entre os partidos políticos na compreensão de que a reestruturação produtiva, no que se refere à introdução de novas tecnologias organizacionais e de produção experimentadas pelas organizações, reflete negativamente sobre o nível de emprego dos países e também no Brasil.

Quanto às flexibilizações das relações de trabalho os partidos políticos não são concordantes. O partido de esquerda avalia impactos negativos sobre o emprego e os de direita afirmam que as flexibilizações são necessárias para a criação de novos empregos.

Na realidade, as diferenças de compreensão dos partidos políticos quanto às causas do desemprego brasileiro são poucas. As diferenças aparecem apenas na maior ou menor ênfase que se presta a certas causas pontuais.

Os partidos de direita e o PMDB citam recorrentemente em seus programas a questão do êxodo rural como fato gerador de desemprego. Ademais, os partidos de centro e o PFL destacam a falta de qualificação profissional adequada à “nova economia” como um fator restritivo à diminuição das taxas de desemprego: “das 25.000 vagas oferecidas pelo SINE na capital de São Paulo, em outubro, menos da metade foi ocupada, porque cerca de 50% não atendiam aos requisitos mínimos e conhecimento, de escolaridade ou especialização exigidos!” (Maciel, in PFL, 1996).

O PT e os membros do PMDB entrevistados condenam as políticas macroeconômicas adotadas no plano federal que não privilegiam o emprego nem o investimento público, mas sim o pagamento da dívida externa, pagamento de juros exorbitantes, financiamento de bancos falidos. O PT também condena as elevadas taxas de juros e a carga tributária elevada como elementos inibidores do crescimento econômico e do emprego.

Todos os partidos também apontam a concentração da renda brasileira, uma das mais desiguais do mundo, como um dos entraves mais significativos. Um dos membros do PPB (governador de estado) interpreta que a excessiva concentração da renda ameaça a integridade política do país, pois, segundo ele, a tolerância das pessoas mais necessitadas vai sendo abalada, provocando revoltas e convulsões sociais. Vários membros do PT também observaram que a redistribuição da renda é necessária para que haja um aumento do bem estar social, fortalecimento de demanda interna geradora de novos empregos.

Para o PFL, a questão da desigualdade é entendida de forma diferente. Não se enfatiza a igualdade de renda, mas a igualdade de competição e de oportunidades (PFL, 1996). Já um membro do PFL consultado (presidente de assembléia estadual) exterioriza um juízo diferente quanto ao problema da concentração da renda.

Para ele, a renda deve ser redistribuída no sentido grandes empresas – pequenas empresas, pois as grandes empresas utilizam tecnologia em larga escala, e os impactos de seus investimentos sobre os empregos são menores. As micro e pequenas empresas, quando têm capacidade de investir, conseguem gerar relativamente mais empregos. Por isso é necessária a redistribuição. O enfoque dado à redistribuição refere-se àquele realizada entre detentores de capital, e não entre empresários e trabalhadores, ou classe social rica e pobre.

Tentando fazer uma síntese da compreensão dos cinco maiores partidos políticos quanto às principais causas do desemprego, pode-se dizer que todos os partidos são concordantes em que a concentração excessiva da renda, a falta de um crescimento econômico mais acelerado e a introdução de tecnologias nos processos produtivos são centrais na análise desta questão. Também há unanimidade de que o problema do desemprego é global, estrutural, mas com agravamentos conjunturais de quedas no ciclo econômico.

#### **As políticas públicas de emprego defendidas pelos partidos políticos**

Maiores divergências entre os partidos políticos aparecem quando analisadas as diferentes políticas públicas de combate ao desemprego por eles formuladas e implementadas.

A exaltação do crescimento econômico como promotor da expansão do nível de emprego é ponto de convergência entre os cinco partidos políticos investigados. No entanto, a maneira de conduzir o crescimento econômico não é totalmente consensual.

A análise dos programas partidários e das entrevistas leva a concluir que os partidos de centro e de esquerda admitem a utilização de política fiscal expansiva, é dizer, aumento nos gastos públicos e aumento das transferências governamentais, como as praticadas na previdência social, nos seguros-desemprego, Bolsa-Escola, etc. O PT, por exemplo, defende a política de gastos públicos para a formação de infra-estrutura produtiva, financiamento de setores econômicos e patrocínio de políticas sociais. Os partidos de direita têm maior resistência ao aumento dos gastos públicos, preconizam o “Estado mínimo” que atua apenas nas atividades-fim (saúde, educação, segurança) e a atuação estatal no sentido de promover o desenvolvimento na iniciativa privada.

A não ser por esta questão da amplitude do gasto público, todos os partidos apontam os incentivos governamentais à iniciativa privada como política de diminuição do desemprego, que contemplam os empréstimos, o microcrédito facilitado às pequenas empresas, incentivos às formas cooperativas e autogeridas de organização da produção, incentivos às exportações. Para o PSDB, o Brasil deve

*“Ampliar e diversificar os programas de apoio aos micro e pequenos produtores rurais e urbanos, combinando facilidades de acesso ao crédito, tecnologia e canais de comercialização e estimulando as diversas formas de cooperação e parceria entre pequenas e grandes empresas, ao longo das cadeias produtivas” (Cardoso, 1998, p. 20).*

Os programas de todos os partidos destacam a luta pelo desenvolvimento social através de políticas de desconcentração de renda e riqueza. O PSDB, por exemplo, defende que a concentração de renda seja atacada com políticas de transferência de renda como a aposentadoria rural, o seguro-desemprego, a Bolsa-Escola. O PFL defende o combate às desigualdades através da educação, redistribuição de ativos educacionais que coloquem os indivíduos em igualdade de competição nos mercados.

Já a redistribuição da renda entre as classes sociais é explicitada como política prioritária apenas pelo PT. Este partido defende o ataque contra a concentração da renda por meio de: transferências governamentais com projetos de renda mínima, progressividade nos impostos, melhora dos níveis educacionais da população.

O PMDB apóia a redistribuição da renda através da modificação da estrutura tributária, tributando mais a renda e menos os produtos e serviços, embora um de seus membros (ex-governador de estado) reconheça que o PMDB não pretende fazer revoluções nesse sentido.

Com relação ao setor de atividade da economia que deve ser priorizado, também parece que há consenso entre os partidos no entendimento de que os setores agrícola e industrial não são muito promissores e que a grande expectativa de absorção da mão-de-obra desempregada encontra-se no setor de serviços.

Para o presidente do PT, “é indispensável o desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda com destaque para o papel do setor terciário da economia moderna” (Dirceu in PT, 2000, p. 16). O petelista César Maia tem uma compreensão similar:

*“A indústria deixou de ser a fonte dinâmica de empregos. Esta função cabe, cada vez mais aos serviços. A agricultura não será fonte compensatória de empregos. Sua função é a produção de alimentos com alta produtividade” (Maia in PFL, 1996, p. 38).*

A contenção do êxodo rural também é vista como essencial para diminuição dos bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos. No entanto os partidos defendem estratégias diferenciadas para a solução desse problema. O PT defende prioritariamente o combate ao êxodo pela reforma agrária. Os outros partidos, de centro e de direita, defendem prioritariamente os incentivos governamentais (financiamento, assessoria técnica, transferência de tecnologia) para que a iniciativa privada no campo tenha estímulos para ali permanecer. Mesmo assim, o governo federal do PSDB se auto-intitula o governo que realizou os maiores avanços em reforma agrária no Brasil.

Os tipos de educação e qualificação profissional, apontados pelos partidos políticos como os mais indicados aos trabalhadores brasileiros, comportam a educação básica formal, o ensino técnico-profissionalizante e a educação voltada à livre iniciativa ou empreendedorismo. Todos os partidos citam esses três tipos de formação como essenciais para que o trabalhador possa acompanhar o ritmo das mudanças no mercado de trabalho e para que o trabalhador se torne independente. O PSDB, em seu programa de governo, e o PFL apontam a educação profissionalizante e o ensino no nível médio como as grandes prioridades. “Muito mais do que se preocupar com o ensino de Terceiro Grau, deve o Governo apoiar, estimular e induzir ao ensino de segundo grau. Não em geral, mas ao ensino profissionalizante” (Maia, in PFL, 1996, p. 42).

A concepção petista quanto à educação é um pouco diferenciada. Também apóia a qualificação técnica profissionalizante para ajudar na produtividade da economia, mas enfatiza fortemente a educação formal e básica.

“É indispensável a concentração de investimentos no desenvolvimento do fator humano, integrando a formação de quadros técnicos qualificados com a elevação do nível cultural de nossa população” (Dirceu in PT, 2000, p. 16).

Divergências claras são notadas na análise de propostas como a redução e a flexibilização da jornada de trabalho. Os partidos de direita e o PSDB contestam os resultados que poderiam ser alcançados com a redução da jornada de trabalho como medida de combate ao desemprego.

Segundo o depoimento dos membros desses partidos políticos, a redução da jornada de trabalho vai contra o objetivo principal de busca do crescimento econômico. Além disso, consideram que o custo de contratação de trabalhadores aumentaria significativamente, inibindo novas contratações. Ao contrário da redução da jornada de trabalho, um membro do PSDB (líder de bancada estadual) afirma que “em vez de trabalhar menos, nós deveríamos trabalhar mais”. Ele não defende o aumento da jornada, mas sim o aproveitamento dos sábados, domingos e o horário noturno para trabalhar, gerando mais horas de trabalho e mais emprego. Para esse político, as mudanças atuais na economia demandam muitos serviços indispensáveis 24 horas por dia durante toda a semana, como por exemplo, o comércio, as telecomunicações, etc. Para aumentar o emprego, bastaria aumentar o número de horas trabalhadas por semana, considera este membro do PSDB.

O PT é o único partido que defende a redução da jornada de trabalho, seguindo a linha de redistribuição da renda e do trabalho no seio da sociedade. As experiências européias são citadas como exemplos de sucesso na criação de novos postos de trabalho através da redução da jornada.

O posicionamento dos partidos frente à flexibilização das relações de trabalho é praticamente oposta ao da redução da jornada, ou seja, o de esquerda rejeita e os partidos de direita e centro apóiam. Dentre estes partidos, apenas o PMDB se mostra reticente quanto às medidas de flexibilização (contratos temporários, subcontratações, terceirizações, banco de horas), pois avalia que em certos setores da economia como a indústria, o serviço público e alguns setores agrícolas os impactos podem ser negativos ao trabalhador com a perda de direitos sociais conquistados. No entanto, o PMDB considera que em outros setores tais medidas podem ser benéficas para a geração de emprego, como no caso do turismo, comércio, agricultura de produção sazonal.

O depoimento dos membros do PSDB, do PFL e do PPB vem a considerar que as leis trabalhistas consolidadas não atendem às necessidades atuais do mercado de trabalho e prejudicam o crescimento econômico. Para estes partidos, as medidas de flexibilização geram maior mobilidade à iniciativa privada para adaptar-se às novas exigências da economia cambiante, reduzindo os custos trabalhistas e aumentando a capacidade da iniciativa privada de empregar. Não obstante, é interessante notar que o PPB em seu programa, no que tange às diretrizes no campo social, defende a garantia do poder aquisitivo dos salários e a estabilidade no emprego para os trabalhadores (PPB, 2001).

O PSDB em seu encarte “Social Democracia em Ação” exterioriza o seu desejo de flexibilização das relações de trabalho: “o governo federal e o PSDB buscam fórmulas para flexibilizar as regras do mercado de trabalho e, assim, facilitar as contratações. Alternativas como a terceirização e o contrato temporário de trabalho não representam necessariamente pior qualidade de emprego” (PSDB, 1997, p. 31).

O PT não avalia favoravelmente as medidas de flexibilização. O argumento vai no sentido de que os trabalhadores lutaram muito para que conquistassem direitos como férias, 13º salário, descanso semanal, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e as medidas de flexibilização suprimem gradativamente tais direitos.

### **Programas e ações de combate ao desemprego dos partidos políticos**

Neste apartado pretende-se citar alguns exemplos de programas e ações que tenham relação direta ou indireta com a questão do emprego, que foram ou estão sendo colocadas em prática pelos cinco partidos selecionados na esfera federal, estadual ou municipal. As administrações nestas três esferas foram atreladas aos partidos políticos levando em consideração a filiação partidária do chefe do poder executivo.

Novamente aparecem mais semelhanças do que diferenças entre os cinco partidos políticos investigados quando analisados os programas e as ações de combate ao desemprego. Em suas administrações, todos os partidos fazem uso de programas de microcrédito para pequenas empresas, seguro-desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, programas de inserção do jovem trabalhador no mercado de trabalho.

Todos estes programas executados nas esferas municipais e estaduais têm suas diretrizes principais elaboradas pelo governo federal e em grande parte são financiados com verbas provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estes programas e ações acabam se distinguindo entre si apenas em detalhamentos como as opções de cursos de qualificação, a maneira de conduzir a intermediação da mão-de-obra, o valor dos empréstimos aos microempresários, o nome do programa.

Os programas de microcrédito facilitado se baseiam em oferecer empréstimos a cooperativas de trabalhadores, pessoas físicas ou jurídicas, para investimento em capital de giro e em maquinaria para pequenos negócios com baixas taxas de juros e prazos de pagamentos razoáveis. As administrações públicas desta forma promovem o emprego com incentivos à atividade privada. Exemplos destes programas são o “Banco Social” do PFL do Paraná e de Curitiba, “Creditrabalho” e “Banco do Povo” nos governos do PMDB no Distrito Federal e Pernambuco, “Crédito de Confiança” do PPB catarinense, o Fundo de Crédito Produtivo Popular do PSDB do estado de São Paulo e os programas de “Crédito Assistido” do PT gaúcho.

O seguro-desemprego federal tem como objetivo a cessão de uma renda de sustento temporária para pessoas desempregadas de maneira a possibilitar que ela possa buscar um novo emprego. É instrumento típico para situações de desemprego cíclico ou conjuntural. Postos do SINE estaduais e municipais veiculam tal benefício às pessoas desempregadas.

Os programas de qualificação profissional se dedicam a diminuir o déficit de formação profissional e educacional dos trabalhadores para aumentar a probabilidade dos desempregados conseguirem uma nova vaga, aumentar as chances do trabalhador manter-se empregado, redistribuir ativos educacionais e aumentar a qualidade de vida do trabalhador. Os cursos de qualificação são decididos de acordo com a necessidade das populações locais e são oferecidas em parcerias com entidades públicas e privadas (universidades, centrais sindicais, organizações não-governamentais, escolas técnicas). Os cursos contem conteúdos de habilidades básicas (formação cidadã), específicas (profissionalizante) e de gestão (empreendedorismo).

Os programas de inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho são destinados a jovens, no qual os governos estaduais, em parceria com o governo federal, incentivam financeiramente as empresas que contratam jovens, subsidiando parte do salário. Alguns exemplos: “Programa Jovem Trabalhador – Primeiro Emprego” no governo do Distrito Federal do PMDB, “Portas do Trabalhador” no governo de Santa Catarina do PPB, “Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho” no governo do estado de São Paulo do PSDB, “Programa Primeiro Emprego”, no governo do PT no Rio Grande do Sul.

Os programas de intermediação da mão-de-obra operacionalizados pelos postos do SINE nos estados e municípios concentram-se em combinar as necessidades de mão-de-obra das empresas com a disponibilidade de trabalhadores desempregados. Estes programas podem ser vistos na administração pefelista no Paraná (programa “Disque Pequenos Negócios”), no PPB de Santa Catarina (programa “Portas do Trabalhador”), no PSDB de São Paulo (“Postos de Atendimento ao Trabalhador”).

Não são apenas nos programas que seguem diretrizes federais que os partidos políticos se assemelham. Os programas e ações de combate ao desemprego de iniciativas estaduais e municipais atacam os mesmos problemas e de maneira parecida, independente de orientação ideológica dos partido que encabeça o poder executivo.

Exemplos destas iniciativas locais são as frentes de trabalho promovidas pelos governos do PSDB paulista (“Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego”) e do PT gaúcho (“Coletivos de Trabalho”). O “Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego” (PSDB-SP) trata-se de um programa que oferece vagas para prestação de serviços públicos de baixa qualificação (varrer as ruas, limpeza da cidade, pintar muros, etc) e que oferece uma bolsa auxílio, cesta básica e vale transporte para pessoas em estado de carência alarmante, por um período de até nove meses. Uma vez por semana estas mesmas pessoas têm acesso a cursos de qualificação profissional que priorizam a formação técnica, a formação para o auto-sustento, e ainda inclui noções de cidadania e geopolítica. Trata-se de um programa de transferência de renda através de gastos públicos, associado à qualificação e educação profissional.

Neste mesmo sentido, O “Coletivos de Trabalho” (PT-RS) é um exemplo de programa de combate ao desemprego através de concessão de uma renda mensal para que membros de localidade definidas possam criar alternativas locais de geração de renda e empregos.

As pessoas do grupo passam a receber também uma formação em uma área específica (saúde, alfabetização, saneamento) e contribuem com a comunidade prestando serviços de caráter público.

O combate ao êxodo rural por iniciativas localizadas também é visto em grande parte das administrações públicas. No PPB de Santa Catarina o programa “Banco da Terra” é um programa de reflorestamento com antecipação de renda, onde o trabalhador pequeno proprietário de terra faz reflorestamento de madeira de corte, recebendo empréstimo de acordo com a área reflorestada, e depois devolve o empréstimo com a venda da madeira. É um programa que pretende ceder microcrédito ao produtor rural, estancar o movimento do êxodo rural e estabelecer atividade econômica contínua no campo.

Também no combate ao êxodo rural, o governo de Pernambuco (PMDB) lançou em sua administração o “Programa Renascer”. Entre as ações deste programa está a entrega de títulos de propriedade para pequenos produtores rurais, habitação nas áreas rurais, criação de infraestrutura energética à base de energia solar, construção de poços artesianos e projetos de irrigação do solo. Assim pretende-se criar atrativos para a manutenção do trabalhador rural no interior do estado e frear o desemprego urbano.

A estratégia de criação de empregos através de gastos públicos (construção de estradas, escolas, postos de saúde, praças, jardins, etc), principalmente nas esferas municipais e estaduais, também é apresentada como alternativa de combate ao desemprego por todas as siglas partidárias e colocadas em prática por suas gestões.

Como diferencial partidário na luta contra o desemprego pode ser citado o “Programa de Garantia de Renda Mínima” municipalizado das administrações petistas. Tal programa de transferência de renda pode ser encontrado em municípios como os de Campinas e Blumenau. Seu objetivo é atacar local e diretamente uma das maiores causas do problema do desemprego brasileiro: a concentração da renda.

### **Noções do papel e modelo de Estado**

Fazer uma análise do papel e do modelo de Estado defendido pelos partidos políticos é fundamental para que se tenha uma base para o entendimento das maneiras que são implementadas as políticas públicas, seja concentradas ou delegadas,

seja centralizadas ou descentralizadas. Também para diferenciar as preferências por um Estado mais assistencialista (modelo KWS)<sup>3</sup> ou promotor de trabalho por meio de incentivos à iniciativa privada (modelo SWS)<sup>4</sup>.

Noções bastante semelhantes se observam na análise das perspectivas que os partidos políticos têm sobre o papel e o modelo ideal de Estado para a administração pública brasileira.

Todos os partidos acreditam que o Estado deve ter o papel central de promotor, “animador” da iniciativa privada (modelo SWS). Ou seja, o Estado não deve ser o responsável direto pela ampliação do número de vagas no mercado de trabalho, mas sim deve adotar medidas fiscais e monetárias que incentivem a iniciativa privada a assumir esse papel.

Partidos de esquerda como o PT, que prioritariamente eram mais favoráveis à participação ativa do Estado na criação direta de empregos (PT, 1998), estão flexibilizando seus discursos. Quatro dos seis membros do PT que contribuíram para a pesquisa admitem que a responsabilidade de gerar emprego deve ser delegada e o Estado deve incentivar a execução de programas de emprego pela própria sociedade civil. O presidente do partido assume tal postura:

*“Devem crescer não a União, mas, além de Estados e Municípios, justamente este setor público não-estatal (entidades representativas, organizações não-governamentais, cooperativas, etc). Passarão a existir mais organizações, que assumirão papéis de maior responsabilidade diante do público” (Dirceu in PT, 2000, p. 14).*

<sup>3</sup> Keynesian Welfare State, ou Estado de Bem Estar Social, é o modelo de estado, inspirado nos estados solidários europeus do pós-guerra, que tem por objetivo primordial a garantia do pleno emprego, e também de prover um mínimo de padrão de vida para a população, prover serviços sociais básicos e padronizados nas áreas de saúde, previdência, educação, trabalho (Arienti, 1997, Jessop, 1994).

<sup>4</sup> Schumpeterian Workfare State, em uma tradução aproximada poderia ser chamado de Estado Promotor do Trabalho e da Competitividade. Concentra-se em descentralizar o poder para as esferas locais, em promover a flexibilidade produtiva, a inovação tecnológica e a competitividade da economia nacional no plano global (Arienti, 1997, Jessop, 1994).

A delegação de responsabilidades também faz parte do ideário de todos partidos políticos. Há uma tendência dos partidos políticos em preferirem a delegação à sociedade civil a execução de certos serviços públicos, seja através de parcerias, de delegações, ou de privatizações (sobre esta última modalidade a exceção é o PT). Para os partidos, o Estado deve dar condições que a iniciativa privada assuma a responsabilidade na prestação de serviços públicos não essenciais, aqueles que não pertencem à atividade fim do Estado (saúde, educação, segurança). Nas demais atividades (telefonia, eletricidade, bancos, etc) o Estado deve delegar à iniciativa privada e controlar a ação destas através das agências reguladoras.

O PFL inclusive aposta que a falta de privatização é uma das fontes de desemprego no Brasil. “Acelerar o programa de privatização. A incapacidade de financiamento dos investimentos estatais indica que a demora na privatização é grave fator de aumento acelerado do desemprego” (Maia, in PFL, 1996, pp. 40-41).

O PMDB em seu programa defende o monopólio estatal apenas sobre a defesa nacional, sobre a codificação das leis e realização da justiça e sobre a moeda. Os monopólios estatais do setor produtivo e de serviços podem ser flexibilizados através de concessões, desde que haja discussão ampla com a sociedade (PMDB, 2001).

O PPB é mais enfático em sua defesa pelas privatizações, citando como uma de suas diretrizes a “transferência para a iniciativa privada de toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado” (PPB, 2001). Para o PPB, o Estado deve atuar nos segmentos de infraestrutura econômica, incentivando o desenvolvimento privado.

O PSDB defende a diminuição do investimento direto no setor produtivo e a regulamentação através de agências como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). “Não é um Estado que encolhe para que o capital e o mercado mandem, porque isso seria o que chamam de neoliberalismo. Estamos organizando um Estado com competência para regulamentar” (Cardoso in PSDB, 1999, p. 13). Ainda o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu plano de governo 1999-2002, afirmou que iria atuar no sentido de “aprofundar a reestruturação do setor produtivo, levando adiante o programa de privatização e fortalecendo o Estado no papel de regulador e indutor do desenvolvimento” (Cardoso, 1998, p. 17).

Existe um entendimento generalizado nos partidos de direita de que a iniciativa privada é mais ágil, eficiente, menos burocrática, responde muito melhor às necessidades da sociedade e que as empresas públicas em geral necessitam de dinheiro do Tesouro para a continuação de suas atividades. Sob esta racionalidade, fica comprometida parte do orçamento público que deveria ser direcionado às atividades-fim do Estado. “O Estado não tem, e não pode ter, agilidade nem flexibilidade para acompanhar a velocidade das mudanças, os ciclos tecnológicos curtos. Isso significa uma oferta inadequada de serviços e atraso” (Maia, in PFL, 1996, p. 38).

Embora configurado como partido de centro, o PMDB também encontra deficiências graves no aparelho estatal e na prestação de seus serviços. Não defende a destruição do Estado, mas sim sua reforma. “O PMDB não pretende, em absoluto, manter o Estado tal e qual ele se encontra, servindo aos interesses de uma minoria, marcado pela ineficiência das ações governamentais, pela irracionalidade administrativa” (PMDB, 2001, p. 47).

Todos os partidos defendem unanimemente a descentralização federativa. Na visão do presidente do PT, “a mudança de rumo do País exigirá um novo pacto federativo, com maior peso do poder local, através do processo de descentralização estatal” (Dirceu in PT, 2000, p. 14).

O PMDB acredita na mesma linha de descentralização:

*“Descentralizar o País a partir de uma política de municipalização representa a alternativa mais racional de propiciar grande mudança estrutural na sociedade brasileira. Municipalizar e optar pelos pequenos é o novo nome da moderna estratégia de desenvolvimento nacional”*  
(PMDB, 2001, p. 61).

O PPB em suas diretrizes organizacionais e administrativas também acredita nos bons frutos da descentralização das decisões, recursos, funções e encargos da União para os Estados e Municípios (PPB, 2001).

Segundo o depoimento dos membros dos partidos políticos entrevistados, o modelo de Estado mais indicado para o Brasil na atualidade é o Schumpeterian Workfare State, na visão dos partidos de direita, e uma mescla do SWS e o Keynesian Welfare State para o PT e os partidos de centro.

O Estado socialista, mesmo que citado como modelo a ser seguido pelos partidos de esquerda tem seu espaço reduzido nas discussões de modelo de Estado. Um deputado federal petista consultado afirma que o Estado socialista é o objetivo do partido, mas não compartilham dessa compreensão os outros deputados e membros do partido consultados nesta pesquisa. A defesa do socialismo, que originariamente era uma das bandeiras do PT em sua fundação (PT, 1998), praticamente sumiu do discurso de suas principais lideranças, dos programas de governo e campanhas eleitorais do PT.

### **Discussão**

Quanto ao posicionamento dos partidos políticos frente às causas do desemprego brasileiro, políticas públicas, programas concretos de combate ao desemprego, e noções do papel e modelo de Estado foram encontradas algumas situações surpreendentes.

Independentemente das posturas ideológicas e posicionamento na escala esquerda-direita, todos os partidos políticos mostraram entendimento muito similar quanto às causas do desemprego no Brasil. Todos apontam a concentração da renda, a introdução de inovações tecnológicas e a falta de um crescimento econômico mais acelerado como os maiores responsáveis pelo desemprego no Brasil. O êxodo rural também foi bastante citado como uma das principais causas.

As maiores diferenças entre os partidos aparece na defesa de algumas políticas públicas de combate ao desemprego. Na questão da condução do crescimento econômico, os membros do PT e do PMDB aceitam as políticas de emprego através de gastos públicos, enquanto que o PSDB, PPB e PFL praticamente as rechaçam em suas declarações.

Todos os partidos políticos colocam em seus programas a importância da redistribuição da renda. O PT, o PSDB e o PMDB defendem as políticas de transferência de renda assumidas diretamente pelo Estado, a distribuição de ativos educacionais e a reforma tributária. O PFL e o PPB não tratam claramente da distribuição de renda, de riquezas, mas sim da busca da igualdade de oportunidades, seja através de maiores incentivos às pequenas empresas ou através de formação profissional técnica para os trabalhadores.

O PT é o único partido que apóia a redução da jornada de trabalho. Quanto às medidas de flexibilização das relações de trabalho, os membros do PMDB entrevistados e o PT acreditam que tais medidas seriam um retrocesso para os trabalhadores no que concerne aos seus direitos trabalhistas. Também contestam a validade de tais medidas em criar novos empregos. O PSDB, o PPB e o PFL apóiam abertamente as flexibilizações alegando que são indispensáveis para o desenvolvimento de setores como o turismo, serviços, e certos setores industriais e agrícolas afetados pela sazonalidade de demanda.

Diferenças partidárias também são percebidas nas opções de políticas de formação e qualificação profissional. Apesar de todos os partidos discursarem a favor da educação básica, o ensino técnico-profissionalizante e a educação voltada para o auto-sustento, prioridades são tomadas em seus programas. O PFL e o PSDB priorizam o ensino técnico-profissionalizante de nível médio. O PT, além da educação profissionalizante, reserva especial destaque em seus programas para o enriquecimento cultural da população e para a educação formal.

Apesar destas distinções entre os partidos políticos, similaridades também são encontradas na maneira dos partidos entender as políticas públicas de emprego. Todos os partidos aprovam os incentivos governamentais à iniciativa privada (crédito, acompanhamento técnico) e também possuem entendimento congruente de que o setor terciário é aquele que possui maiores probabilidades de gerar novos empregos, e deve ser priorizado pelas políticas estatais.

As semelhanças entre os partidos voltam a aparecer quando comparados os programas e ações concretas de combate ao desemprego, aplicadas na prática em suas administrações. Todos se utilizam da intermediação da mão-de-obra, do microcrédito, da qualificação da mão-de-obra, dos incentivos às formas cooperativas e autogestionadas de negócios, os gastos públicos principalmente nas esferas locais. Cabem ser destacadas as iniciativas do PPB com incentivos estaduais às exportações em Santa Catarina, a reforma agrária em nível estadual do PMDB em Pernambuco e as transferências de renda do PSDB pelo governo federal e pelo PT em administrações municipais. Aliás, a atuação direta do poder público realizando transferências de renda para as camadas mais pobres pode ser mais bem visualizada nos partidos de centro e de esquerda.

As divergências se atenuam ainda mais quanto ao papel e modelo de Estado defendidos pelos partidos políticos. Todos os partidos preconizam um Estado exercendo o papel de indutor de crescimento econômico principalmente pelos incentivos à iniciativa privada (SWS). As questões das delegações de execução de políticas públicas para a sociedade civil através de parcerias também são vistas com bons olhos por todos os partidos. Quanto às privatizações o PT se mostra desfavorável, mas ao mesmo tempo não utiliza discursos de estatizações de empresas privatizadas.

O modelo de Estado unanimemente considerado pelos partidos é o SWS. A necessidade de buscar a competitividade econômica nacional, a tendência de descentralização de poder para as esferas locais e a busca de equilíbrios fiscais estão na pauta de todos os partidos políticos. Por outro lado, o PSDB, PT e PMDB ainda são capazes de admitir o KWS, mesclando as políticas do SWS com intervenção estatal na busca do pleno emprego e promoção da solidariedade e assistencialismo de Estado. O Estado socialista praticamente não é citado, nem pela esquerda.

Uma das principais conclusões que se extraiu desta pesquisa é a virtual tendência de nebulosidade na compreensão dos partidos de direita, centro e esquerda sobre causas do desemprego, programas e ações concretas para combatê-lo, papel e modelo de Estado para o caso brasileiro. Algumas hipóteses se levantam para tentar entender essa aproximação das concepções.

A primeira delas remete à derrocada do socialismo soviético e fim de um modelo antagônico e referencial de Estado para as esquerdas. Estudos realizados na Europa indicam que com a queda do Muro de Berlim em 1989 e dissolução das repúblicas socialistas soviéticas, os partidos tradicionais das esquerdas européias perderam seu ponto referencial de organização do Estado, num processo chamado de “des-ideologização” (Benedicto e Reinares, 1992). No caso brasileiro esta questão ainda não foi suficientemente estudada, o que reforça a necessidade e relevância de pesquisas sobre este assunto.

A segunda hipótese remete a uma mudança cultural das sociedades composta por um declive da mobilização das elites tradicionais, declive da autonomia do Estado-nação, conflitos de classes sociais menos claros, mudanças nos conceitos de qualidade de vida e ascensão de valores pós-materialistas, explicados por Inglehart (1991).

Segundo tal pesquisador, as pessoas que vivem em países desenvolvidos, em geral, já têm satisfeitas as necessidades básicas de moradia, alimentação, previdência e a partir disso começam a buscar a satisfação de necessidades mais elaboradas como a defesa de questões ecológicas, lazer, integração social, etc.

Nesses países, os partidos passam a deixar questões ideológicas em segundo plano e passam a sensibilizar-se por reclamações de grupos de interesses específicos. A forma de financiamento dos partidos deixa de ser centrada nos afiliados para buscar recursos nos grupos de interesses que representam. Deixam de ser partidos de representação de massas para serem “partidos profissionais eleitorais”, onde a defesa de determinados issues (temas) como legalização do aborto, imigração, financiamento de pesquisa em biotecnologia passam a ser maiores catalisadores de votos do que questões de classe social. A defesa de classe social passa a ser apenas mais um eixo de argumentação política e não mais o eixo central, de onde derivavam todas as outras questões.

O sistema político norte-americano é exemplo claro dessa tendência. É muito difícil dizer com segurança qual partido, o republicano ou o democrata, está mais deslocado à direita ou à esquerda. Ambos se revezam na defesa de issues como a pena de morte, a imigração, questões raciais, desenvolvimento armamentista, assuntos que não podem ser sintetizados como questões de defesa de classes sociais.

E a terceira hipótese identificada é a teoria da convergência, proposta por Hotelling<sup>5</sup> na década de 30, que explicaria a flexibilização dos discursos e ações mais intermediárias pelos partidos, com objetivos de agregar mais votos. Basicamente esta teoria ensina que os partidos políticos, quando têm o objetivo de aumentar sua representatividade e exercer o poder de maneira mais ampla, naturalmente buscam posições mais próximas aos anseios da maioria dos eleitores, geralmente representadas pelo centro<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Harold Hotelling, a teoria de convergência também pode ser aplicada a outras situações de competição, não apenas entre partidos políticos: empresas comerciais e suas localizações, profissionais liberais e suas especializações, etc. (Hotelling, 1929).

<sup>6</sup> Ainda pela teoria de Hotelling, quando a maioria das siglas migra para o centro, surgem ou se fortalecem os partidos situados nas extremidades da escala direita-esquerda. A parcela da população mais simpática a ideologias extremadas se descontentaria com os partidos “que querem agradar a todos” e preferiria dar voto aos partidos mais próximos a suas preferências ideológicas. Exemplos deste fenômeno já podem ser observados no caso europeu com o aumento do apoio popular a partidos manifestamente ultradireitistas.

Obviamente estas três hipóteses levantadas não são exaustivas. Sugere-se, portanto, o aprofundamento de estudos sobre as hipóteses explicativas para este fenômeno partidário, para o caso brasileiro.

### Referências bibliográficas

ALVES, R. *O fantasma do desemprego: cobertura especial eleições 2002*. Disponível em: [http://eleicoes.uai.com.br/img\\_ctd\\_uai/PRODUCAO/hotsites/eleicoes/emdebate/desemprego/3511.html](http://eleicoes.uai.com.br/img_ctd_uai/PRODUCAO/hotsites/eleicoes/emdebate/desemprego/3511.html)

ARIENTI, W. L. Fordismo e pós-fordismo: uma abordagem regulacionista. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 1997, São Paulo, *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*, 1997.

BENEDICTO, J, REINARES, F. *Las transformaciones de lo político*. Madrid: Alianza, 1992.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Bancadas dos partidos*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/bancada.asp> em 25 de Novembro de 2001.

CARDOSO, F. H. *Avança, Brasil: proposta de governo*. Brasília, 1998.

HOTELLING, H. Stability in competition. *Economic Journal*, Vol. XXXIX, 1929, p. 41-57.

IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v.08, n.1, jan./mar.1994.

INGLEHART, R. *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: CIS, 1991.

JESSOP, B. The transition to post-fordism and the schumpeterian welfare state. In: BURROWS, R. L., *Towards a post-fordist welfare state?* Londres: Routledge, 1994.

LAKATOS, E.M, MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMOUNIER, B. (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

MATTOSO, J. E. L. Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, v. 08, n. 1, jan./mar. 1994.

MORAES, C. V. Conselhos de gestão de políticas públicas: instituições e/ou espaços políticos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 1999. (Referências incompletas)

PFL. *O livro do PFL: educação e emprego*. 3. ed. São Paulo: Massao Ohno Editores, 1996.

PMDB. *Estatuto, programa, código de ética*. 6. ed. Brasília, 2001.

PPB. *Programa, manifesto, estatuto*. Brasília, 2001.

PSDB. *Social democracia em ação: o modo tucano de governar está mudando o Brasil*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

PSDB. *Realizações e desafios de um programa social democrata no Brasil*. Brasília: Coronário Editora Gráfica, 1999.

PT. *Cadernos de formação n. 3: o que é o PT*. 5. ed. São Paulo: Gráfica Agnus, 1998.

PT. *Resoluções DN e CEN: caderno 2*. Brasília, 2000.

SANDRONI, P. (Org.). *Novo dicionário de economia*. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, enquête operária e investigação social*. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

*(Recebido em julho de 2002 e aceito para  
publicação em novembro de 2002)*